



Porto Alegre, 28 a 30 de abril de 2014
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU
Núcleo de Pesquisa em Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade

Conclusões do Congresso

Claudio Acioly jr.¹

UN-Habitat

1. Preâmbulo

A coordenação do congresso designou-me a difícil tarefa de apresentar as conclusões do congresso em uma síntese de encerramento. O presente artigo sintetiza minhas observações e conclusões formuladas e apresentadas durante a sessão de conclusão do congresso. Tais foram elaboradas a partir das apresentações dos diversos palestrantes e panelistas assim como dos debates que se seguiram sobre os temas 'Políticas Públicas na Área de Interesse Social e Regularização Fundiária', 'Cidade Informal' e 'Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Tecnologias'. Também levei em conta minha conferência de abertura na qual abordei as tendências da urbanização e habitação a nível global, as estratégias da ONU-Habitat, a problemática habitacional a nível de nosso planeta tal qual observamos como agência das Nações Unidas, e as diversas práticas e lições aprendidas com políticas de habitação nas diferentes regiões do mundo.

O congresso proporcionou ao público presente uma oportunidade única de conhecer experiências internacionais e informar-se dos problemas e desafios enfrentados por vários tipos de políticas, programas e projetos de habitação. Alguns dos palestrantes nos brindaram com maior detalhe e profundidade de suas análises dos problemas, suas escalas e os diversos tipos de respostas em termos de políticas públicas, programas e projetos em países como Argentina, Colômbia, Chile, Holanda assim como em várias das grandes cidades brasileiras. A qualidade e conteúdo das apresentações e debates que se seguiram foram de alto nível e com conteúdo focado na questão prioritária do congresso: a sustentabilidade e a habitação de interesse social.

2. Os Problemas da Habitação: mais similaridade do que diferenças

Apesar da diversidade de contextos socio-econômicos, políticos e institucionais, pudemos identificar problemas comuns. Apesar das inovações, esforços institucionais e recursos financeiros significativos que estão sendo aplicados no setor da habitação, em particular o setor de habitação social, verificamos que há uma demanda social não satisfeita que vem gerando quase que uma pressão endêmica por habitação e melhores condições de moradia. Isso produz impacto direto na cidade. Investimentos massivos em programas habitacionais e na regularização de assentamentos informais todavia não conseguem deter processos de exclusão social e a desigualdade urbana. Duas tendências confirmadas pelos vários estudos de casos apresentados durante o congresso. Pudemos

verificar vários exemplos de programas que produzem habitação em escala, somados a urbanização, regularização de assentamentos informais e melhoria das condições de habitação em setores menos privilegiados da cidade. Tais programas tem sido levados a cabo por governos municipais e com participação de agentes financeiros e governos nacionais (e em alguns casos com a participação de governos estaduais), sem que isso consiga deter o crescimento da informalidade urbana.

O congresso deixou muito claro que a existencia de um mercado imobiliário especulativo e excludente não é privilégio de nenhuma cidade ou país representado durante as sessões e apresentações realizadas durante o congresso. O volume de investimentos por unidade habitacional e numero total de unidades produzidas vem aumentando nos vários países, fomentando o setor da construção civil, gerando oportunidades de emprego e fomentando várias atividades diretamente relacionadas a produção do espaço residencial. Isso vem aquecendo o mercado imobiliário nas cidades e colocando em questão a capacidade de pago das famílias de menor renda.

As soluções habitacionais foram rigidamente analisadas e escrutinizadas por alguns dos conferencistas. A produção habitacional nem sempre vem acompanhada de qualidade arquitetônica e urbanística adequada, deixando a desejar enquanto localização, amenidades e serviços públicos, integração a malha urbana da cidade e a diversidade urbana dos empreendimentos. Alguns exemplos que fogem a este parâmetro foram considerados exceção. O congresso nos permitiu verificar que existe uma tensão entre o tamanho da habitação de interesse social e a composição familiar da população beneficiária, assim como seu valor de produção e valor final de comercialização. Algumas questões foram levantadas a respeito das soluções de habitação de interesse social: o que é aceitável do ponto de vista da qualidade, tamanho, standards e normas para prover qualidade de moradia tendo em vista a composição familiar da população de baixa renda? O que é possível realizar dentro de um quadro de recursos limitados e dificuldades de oferta de solo urbanizado? O que pode ser pagável e financeiramente acessível para uma população de baixa renda e com baixa possibilidade de pago caso pensarmos na sustentabilidade financeira e possibilidades de replicabilidade dos empreendimentos habitacionais e ampliação da oferta de habitação social de qualidade e bem localizada?

O congresso também sublinhou a importância do controle de qualidade dos empreendimentos habitacionais, dos produtos de moradia, sua localização, inserção no espaço urbano da cidade, a qualidade dos serviços urbanos assim como dos materiais de construção e da tecnologia da construção utilizados que atualmente avançou muito em termos de qualidade e preço assim como tempo e mão de obra necessários para sua utilização. Verificamos que existem iniciativas em vários países e cidades para criar indicadores e processos de monitoramento da qualidade dos empreendimentos desde sua solução habitacional (unidade) assim como seus atributos urbanísticos e espaciais. O congresso deixou claro que não podemos mais desassociar a habitação do urbano o que enfatiza a relação inexorável entre moradia e cidade.

3. Os Desafios da Habitação de Interesse Social

Foram identificados muitos desafios à habitação e particularmente a habitação de interesse social. Basicamente, uma realidade mundial onde ainda persistem necessidades e demandas não atendidas que sublinham a necessidade de se desenvolver e implementar políticas e estratégias sustentáveis que possam alcançar uma população desfavorecida economicamente, excluída social e politicamente e vivendo em más condições de moradia. Existe ainda uma faixa de renda e um grupo social os quais só conseguem resolver seu problema habitacional às margens da informalidade e ilegalidade. A escala do problema ultrapassa a capacidade existente de resposta no setor público, o que significa encontrar formas de parceria com outros segmentos e setores econômicos assim como implantar mecanismos coletivos e organizados de produção social na forma de programas que incluam assistência técnica e financeira, e sistemas específicos que priorizem financiamento e apoio

institucional a essa população historicamente excluída. Os exemplos na América Latina demonstram esse desafio.

A questão do déficit habitacional mostrou que existem as dimensões qualitativas e quantitativas fato que por si só obriga-nos a pensar em soluções que não sejam puramente focadas no número de unidades a serem produzidas mas nas diferentes necessidades e demandas sociais e de mercado. Visto que existe uma dinâmica demográfica, se persistirmos com o conceito de déficit estaremos sempre correndo atrás dos números e pecando em não criar políticas diversificadas que possam atender as necessidades habitacionais dos diferentes grupos socio-econômicos e resolver os diferentes problemas no estoque habitacional existente que possam criar oportunidades de moradia sem necessariamente construir novas unidades. A diversificação, escala e volume dessas soluções habitacionais são elementos fundamentais de uma política de habitação de interesse social sustentável que também deve incluir maiores oportunidades de crédito a fim de ampliar a acessibilidade a habitação social. O congresso nos permitiu refletir sobre a política e gestão do solo urbano como condição sine-qua-non para que essa nova geração de política de habitação de interesse social possa de fato oferecer maior qualidade e melhor localização às soluções habitacionais.

A questão do financiamento habitacional permanece como um dos grandes desafios sublinhados pelo congresso. O acesso fácil ao crédito e a oferta de subsídios e bônus de diversas formas correm o risco de criar sérias dicotomias e distorções no mercado imobiliário, tal qual citado nos casos do Chile, México, Colômbia e Brasil. Riscos de especulação e aumento artificial de preços, absorção de subsídios pelo mercado, e mais exclusão daqueles com rendas mais baixas. Os mecanismos e instrumentos a serem utilizados pelos governos municipais e nacionais para financiamento e ampliação das redes de infraestrutura urbana também foram contemplados durante os debates. De fato esses investimentos tendem a alimentar a oferta de soluções habitacionais, conseqüentemente há que considerar que a oferta de solo urbano, acima citado, deve ser traduzido como oferta de solo urbanizado devidamente dotado de todas as infraestruturas básicas tais como água, esgoto, drenagem, eletricidade, arreamento e outros serviços residenciais complementares. Não há como enfatizar mais a oferta de solo urbano para habitação como um dos maiores desafios para uma política de habitação de interesse social que seja inclusiva e sustentável.

Por fim, o congresso enfatizou o desafio de produzir habitação que cumpra com os princípios do direito a uma habitação adequada, tal qual definida nos instrumentos internacionais e a Agenda Habitat (Istanbul, 1996), que apresentei em minha palestra inaugural como um marco importante no reconhecimento internacional do direito a habitação adequada. Isto significa na prática integrar às políticas de habitação atributos tais como tamanho, localização e acessibilidade (a serviços e oportunidades de emprego, integração à cidade e inserção na malha urbana), arquitetura e desenho de qualidade e culturalmente integrados à realidade local, sustentabilidade e adequabilidade dos materiais de construção (durabilidade), integração e diversidade urbanística, acessibilidade financeira e dotação dos serviços e infraestrutura básica. Para que os empreendimentos habitacionais venham a adequar-se a esses preceitos, como frizou a apresentação sobre a experiência em Colômbia, será necessário construirmos normas de controle e fiscalização desses empreendimentos e aplicá-los através de mecanismos de controle social e da construção de observatórios de controle de qualidade da habitação, independentes, auto-financeáveis e sustentáveis, onde seguramente a universidade e os vários agentes públicos e privados atuantes no setor da habitação deverão cumprir papéis importantes.

4. Não é Necessário Re-inventar a Roda mas Aprender com a História

A maioria dos países em desenvolvimento possuem uma história e um legado de políticas habitacionais construídas ao longo dos últimos 60 anos. Podemos ressaltar a experiência Européia após a Segunda-Guerra Mundial onde o setor da habitação cumpriu um papel preponderante na

reconstrução das cidades e das economias de vários países. Na verdade hoje temos uma bagagem e memorial institucional somado às pesquisas, cursos e teses de mestrado e doutorado, experiências acumuladas que nos permitem analisar o que funcionou e o que não funcionou, e porque. Há grandes similaridades entre os países se considerarmos as fases de evolução e dos paradigmas de intervenção. Dos modelos centralizados com predominância de um Estado provedor até modelos descentralizados, auto-gestionados e municipalizados, com grandes fundos de financiamento nacionais e municipais. Observamos nas últimas décadas a participação de outros atores no espectro da produção da habitação de interesse social como cooperativas e organizações sociais de auto-ajuda e auto-gestão, ONG's, Organismos de Assistência Técnica, laboratórios e centros universitários e operadores privados que geraram uma riqueza de soluções técnicas, institucionais e financeiras, com produtos físicos muitas vezes inovadores.

O congresso nos propiciou algumas apresentações nesse sentido e nos permitiu reflexionar sobre a história da habitação no Brasil e em outros países. Observa-se um esforço em busca de qualidade, racionalização e boa arquitetura para a habitação social e inseri-la na cidade contemporânea afim de romper com a ortodoxia e formas 'antiquadas' de produção do passado, tão criticadas, que geraram expansão urbana fragmentada em zonas onde o solo urbano era barato. Entretanto, as dificuldades e problemas identificados anteriormente neste artigo, tornam-se um desafio para essa nova geração de políticas de habitação de interesse social: produzir qualidade e cidade, e não mediocridade e enclaves habitacionais.

5. Experiências e a Prática com Habitação

A apresentação da Caixa Econômica Federal confirmou uma tendência dos organismos financiadores que cada vez mais se envolvem com a urbanização e desenvolvimento urbano a medida que reconhecem o impacto de seus programas na cidade como um todo. Também verificamos a inclusão de assistência técnica e social e a busca de inovações em sua relação com o mutuário e beneficiário de seus programas. Isso significa um avanço que vai além da preocupação única com a produção do artefato habitação.

Essa visão contemporânea da habitação, incorporando a questão urbana e preocupações com o futuro das cidades, também contribui para a formulação de novos modelos de produção e relação entre o agente financiador e a cidadania bem como os governos das cidades onde estes investimentos ocorrem. Paradoxalmente, os modelos de financiamento permanecem ainda baseados na ortodoxia do financiamento habitacional o que poderá vir a prejudicar esse esforço institucional de universalizar os programas de financiamento da habitação. Há que ressaltar que os montantes de recursos disponibilizados ao setor da habitação, e em particular a habitação de interesse social, nunca vistos antes, deixam claro que 'dinheiro não é problema'. Se considerarmos tal qual, como explicar então que o empréstimo imobiliário a pessoas físicas no Brasil represente apenas 5% of PIB enquanto que nos países industrializados represente entre 30 e 80%? Sendo uma das maiores economias do mundo, é preocupante notar, e como explicar que o tamanho do mercado de hipotecas e créditos imobiliários do Brasil se equipara a países de menor porte como Bolívia, Ecuador e Uruguai e se situa longe de países como Holanda, Dinamarca e Singapura? A conclusão que nos parece ser é que a disponibilidade de recursos apenas não consegue produzir a escala de acessibilidade financeira o que seria um dos elementos fundamentais para produzir escala e diversidade da produção habitacional. Há que transformar os modelos de crédito e hipotecas.

Alejandro Avarena, em sua apresentação sobre a experiência Chilena e levada a outros países, proporcionou uma revisitada aos conceitos de equidade e igualdade, argumentando que as políticas de habitação devem buscar um princípio de equidade a medida que todos devem beneficiar-se das vantagens urbanas e da prosperidade da cidade. As políticas públicas devem buscar formas justas

de redistribuir esses benefícios e possibilitar acessibilidade para todos. Do ponto de vista da igualdade, um dos princípios básicos dos direitos humanos, o que se deve buscar é a inclusão e não a discriminação, e dentro de um regime de direito produzir igualdade de oportunidades e de resultados, assim que tanto o processo como seu resultado são igualmente fundamentais. Ou seja, na busca por uma habitação adequada, os cidadãos devem ter seus direitos reconhecidos, protegidos e facilitados em sua realização pelo Estado e suas instituições. Uma nova relação de poder entre o Estado e a cidadania deve ser construída em uma nova geração de políticas e programas habitacionais. Para essas mudanças ocorrerem, há que alterar-se o paradigma da concepção e produção da habitação social.

Nesse sentido, o congresso proporcionou uma profunda reflexão sobre os modelos predominantes e convencionais de produção da habitação. Avarena, Hulshof e Acioly ao apresentarem exemplos práticos e contundentes no Chile, Holanda e Peru respectivamente sugerem que é possível construir um novo modelo que estabeleça uma relação diferente entre o beneficiário/cidadão, o arquiteto/projetista, e a agência financiadora e/o executora do projeto. Em contraposição ao modelo tradicional, usualmente autoritário e top-down, focado na quantidade, com tempos rígidos e determinados, e sob controle total do empreendedor, o que se propõem é um modelo claramente participativo, inovador, focado na qualidade e sob controle do usuário final, seguindo seu tempo, disponibilidade de recursos e respeitando suas aspirações de espaço e standard de habitação.

O que se postula é a recuperação da experiência da habitação evolutiva e processual, bastante popular nos fins dos anos 80 mas que se abandonou com o tempo em função da pressão por quantidades e escala. A característica mais importante do modelo evolutivo é que o usuário final tem um controle relativo do produto final e joga um papel importante em seu desenvolvimento, desenho e finalização da construção. Os programas devem priorizar aquilo que as famílias e usuários finais não conseguem ou tem muitas dificuldades de executar tais como o pacote básico de infraestrutura, a localização e desenho urbano, projeto e estrutura da unidade habitacional completa com opções e sugestões de ampliação, contendo todo um 'DNA' de habitação adequada. Avarena sugere e mostra na prática no Chile e em outros países que é possível contrapor um modelo que produz uma unidade completa de baixa qualidade e de pequeno tamanho, por um modelo que produz um unidade parcial mas de ótima qualidade contendo elementos que possibilitam a duplicação do espaço residencial com qualidade e relativa liberdade.

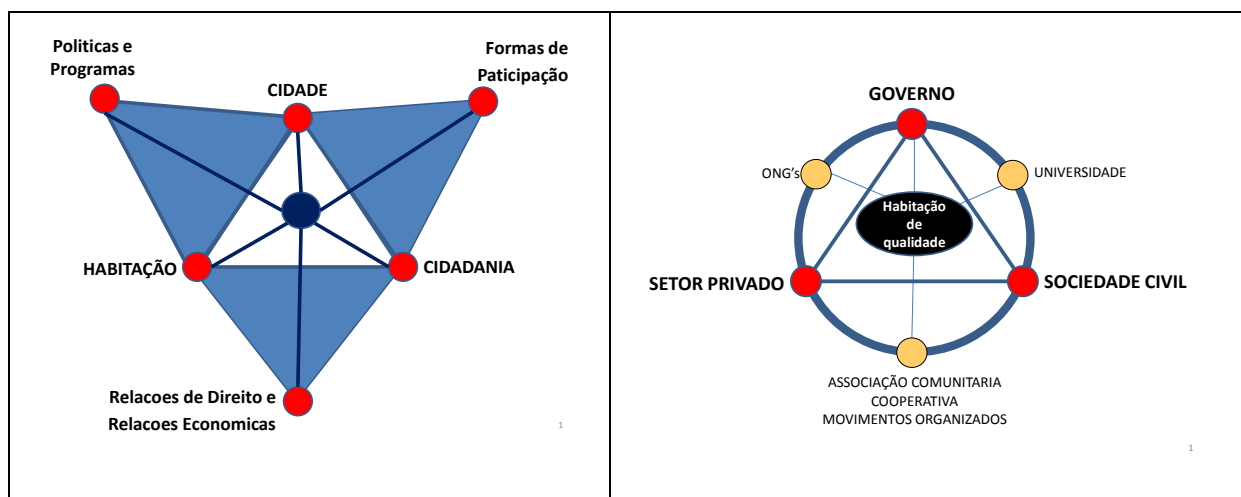
O grande desafio é transformar esse modelo num programa de escala com a diversidade arquitetônica e urbanística e valores financeiros diversificados sem que resulte nos enclaves e conjuntos habitacionais já conhecidos pelas suas formas repetitivas, massificadas e má localização. Os exemplos da Argentina, Colômbia, Chile e México apresentados durante o congresso servem para lembrarmos que essas soluções de escala, padronizadas e situadas em zonas periféricas ainda encontram lugar nas políticas habitacionais e representam um obstáculo à mudança de paradigma.

Algumas variáveis e desafios importantes devem ser considerados nesta busca de um modelo alternativo: como garantir o acesso e disponibilidade de solo urbano com infraestrutura a um custo que permita a acessibilidade à habitação de interesse social? Como garantir que o tempo e disponibilidade dos usuários/famílias se organize eficientemente para resultar em um processo evolutivo e ampliação da habitação de forma sustentável? A realização das obras de ampliação dependem da disponibilidade e acesso a materiais de construção a escala e portanto como organizar e tornar um acessível créditos de materiais de construção? De forma a alcançar uma sustentabilidade, a disponibilidade de recursos financeiros para viabilizar a ampliação da habitação deve estar garantida, o que significa dizer que meios tais como poupança e recursos próprios assim como crédito de entidades financeiras devem ser parte deste programa. A oferta do desenho e concepção da habitação e suas possibilidades evolutivas (plantas e estruturas de ampliação) e

sistemas de suporte (logística, instrumental, assistência técnica) também devem seguir os mesmos princípios de sustentabilidade que devem nortear esse tipo de solução se considerarmos a busca a uma escala para dar conta da demanda e dos problemas habitacionais. Temos que considerar também que essa mudança de paradigma requer a existência de profissionais formados para tal, pre-dispostos a modelos participativos e dispostos a compartilhar seu poder no projeto e definição da unidade de habitação. As escolas de arquitetura tem um papel importante a cumprir na formação de uma nova geração de profissionais da habitação.

6. Conclusões

O congresso nos permitiu refletir sobre a importância da habitação como setor econômico gerador de emprego e atividades econômicas com impactos socio-espaciais profundos na estrutura e funcionalidade de uma cidade. Também provocou uma reflexão sobre a relação entre a habitação, como um bem social com valor de mercado, e a cidadania com suas redes sociais que articulam suas aspirações, desejos e capacidades ao mesmo tempo que demandam direitos, expressa suas demandas e constrói mecanismos de acessibilidade ao solo urbano e a uma habitação.



As experiências apresentadas durante o congresso também enfatizaram claramente a necessidade de articular-se a habitação, suas políticas, programas e projetos, à gestão urbana e particularmente do solo urbano, seu uso, valor e disponibilização. Caso contrário, corremos o risco de repetirmos os mesmos erros do passado e produzirmos enclaves e conjuntos habitacionais e não habitação adequada provida de espaços residenciais inseridos e integrados à cidade. A questão da sustentabilidade tem essa dimensão espacial (localização) mas também atributos sociais, institucionais, financeiros e construtivos. A complexidade do setor habitação torna a sustentabilidade da habitação de interesse social um tema extremamente desafiador e o congresso confirmou isso.

As apresentações durante o congresso nos brindaram com vários exemplos que mostram o poderio econômico do setor da habitação e seu impacto na urbanização e desenvolvimento urbano. Este mobiliza todo um sistema de financiamento nacional e local com suas instituições e infraestrutura de serviços, além de estabelecer uma interface direta com toda uma cadeia produtiva do setor da indústria da construção civil e do setor da construção. Quando somamos esses atributos ao mercado imobiliário e o volume de transações que este gera, concluímos que para construirmos um sistema sustentável para produção de habitação de interesse social será necessário mudarmos o paradigma que sustenta hoje a prática e a teoria da habitação. A PUCRS se coloca na vanguarda do pensamento sobre o tema ao organizar pela terceira vez um congresso internacional sobre um tema tão importante para a nova agenda urbana que se discute hoje internacionalmente. Os debates

ocorridos durante o congresso não só enriquecem como contribuem para o avanço dessas idéias e as experiências concretas que produzem em vários lugares do mundo.

O congresso deixou claro que a produção de habitação adequada, com qualidade e boa localização vis-a-vis a cidade e suas redes de serviços e mobilidade, e financeiramente acessíveis a população de menor renda, produzidas a uma escala e volumes mensuráveis à escala dos problemas apresentados em vários países e cidades, só será possível se novos arranjos institucionais forem criados onde varios atores tenham seu papel e responsabilidade no setor da habitação. O governo representado por seus varios organismos, a sociedade civil, o setor privado e vários outros agentes de cunho comunitário tais como movimentos organizados, associações comunitárias, cooperativas habitacionais, assim como a universidade devem ter um assento nessa nova fórmula de elaborar e executar política habitacional e seus programas e projetos. Somente uma fórmula compactuada dará lugar a sustentabilidade.

Não foi só a habitação o tema de debate do congresso. A questão das favelas e assentamentos informais foi abordada por exemplos emblemáticos do Rio de Janeiro e São Paulo onde se confirmaram a importancia do plano e do projeto como elementos determinantes de intervenção que articulam, integram e transformam essas áreas excluídas em novos bairros integrados à cidade. A escala das intervenções em forma de programas de larga escala nas duas maiores cidades do Brasil nos permitiu concluir que um plano definidor das artérias, ruas e redes de circulação transforma-se no elo entre o formal e informal. Em São Paulo e Chile, a participação cidadã no projeto urbanístico e arquitetônico reforça a tendencia de maior controle e participação do usuário final nas soluções que afetam diretamente sua vida e condições de moradia. Tais exemplos também reforçam a importancia da base de informação urbana, dados cartográficos e estatísticos, assim como indicadores urbanos para fundamentar decisões tanto ao nível dos projetos como da política municipal/local. Sem dúvida uma contribuição legítima que o congresso ofereceu para a busca de um novo paradigma de urbanização de assentamentos informais.

Entretando, muitos temas e questões não foram abordados ou não foram devidamente aprofundados pelo congresso que podem muito bem ser considerados para a próxima edição do congresso em 2016. Discutiu-se alguns aspectos do Programa Minha Casa Minha Vida mas não se discutiu uma das linhas do programa direcionada especificamente as entidade e organismos sociais que permite acesso ao financiamento direto a representantes de grupos organizados e movimentos sociais. Sem dúvida um aspecto inovador do programa que merece uma discussão aprofundada visto que toca nos temas sustentabilidade, escala do programa e controle do usuário final. O congresso deixou uma lacuna ao não aprofundar uma discussão sobre a dimensão economica-financeira dos programas de habitação e de urbanização de assentamentos informais. Questões como os custos e benefícios, valores e impactos de politicas de subsídio, fontes de financiamento e suas bases de sustentabilidade são extremamente importantes quando pensamos em escala e abrangencia de programas de habitação social. Seguramente uma discussão sobre o valor de uma solução habitacional de interesse social, seu custo de produção vis-a-vis a renda familiar dos beneficiários e também sobre o valor comercial dos empreendimentos iria complementar o programa do congresso e alimentar os debates que se travaram sobre o tema.

Um outro tema que foi mencionado durante o congresso mas não devidamente aprofundado foi a questão dos imóveis desocupados, fechados e inutilizados pelo mercado imobiliário que é uma preocupação manifestada em vários países como o Brasil, México e Argentina, principalmente devido a número que alcança em relação ao estoque habitacional existente. Aprofundar pesquisas e estudos de caso sobre as causas desse fenômeno e as motivações de seus proprietários poderá contribuir a uma melhor compreensão do fenômeno em si e informar melhorar a discussão sobre a qualidade e eficiencia das políticas habitacionais. O tema da pós-ocupação foi também mencionado

mas não devidamente discutido e continua como uma questão importante na agenda se tomamos em conta a questão da sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais. Associado a esse tema está a questão das formas condominiais de habitação e os mecanismos de gestão da propriedade condominial em edifícios multi-familiares visto que muitos programas – por várias razões – tem optado por soluções multifamiliares. Se não considerarmos essa questão desde do momento em que se formulam políticas de habitação, estaremos ignorando um aspecto importante da sustentabilidade da habitação de interesse social.

Finalmente, os congressos organizados pela PUCRS sobre o tema da sustentabilidade e a habitação de interesse social vem tornando-se referencia sobre o tema e deve considerar a próxima edição de 2016 como um dos eventos preparatórios para a 3º Conferencia das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat III, a realizar-se em 2016, cujo tema é a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável. O programa deste congresso e as questões abordadas pelos conferencistas e panelistas são de extrema relevancia ao debate nacional e internacional sobre o habitação de interesse social e seu papel no futuro das cidades e contribui diretamente para os debates a serem travados em 2016.

¹ Claudio Acioly Jr é actualmente chefe da Unidade de Capacitação e Formação Profissional do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat). Durante o período 2008-2012 ocupou a chefia da Seção de Política Habitacional da UN-HABITAT e foi coordenador do Programa das Nações Unidas para o Direito a Habitação. É arquiteto e planejador urbano com mais de 30 anos de experiência, com trabalhos em mais de 25 países, atuando como especialista em políticas e programas habitacionais, urbanização de assentamentos informais, assim como assessor técnico de governos e organizações não governamentais, consultor e especialista em formação e capacitação profissional de quadros técnicos de governos locais, nacionais, universidades e ONGs. Foi consultor do Banco Mundial, PNUD, UNECE, e de agencias bilaterais, estando associado ao Institute for Housing and Urban Development Studies (IHS, Holanda) onde coordenava os programas de habitação, políticas de solo urbano, renovação urbana e urbanização de favelas. Claudio é professor associado ao Programa para America Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy (USA) coordenado cursos de formação e atualização profissional em urbanização e regularização de assentamentos informais e mercados informais de solo urbano. Acioly é autor de vários livros e artigos, tendo publicações em diversos países.